

À Prefeitura de Recife/PE

Prezados,

Tendo em vista o aumento da demanda por procedimentos cirúrgicos eletivos em todo o Brasil e o recente anúncio do Ministério da Saúde de criar uma fila única para estes procedimentos – inclusive com incentivo financeiro para estados e municípios que aderirem a esta estratégia nacional (Portaria MS nº 1292/17) – venho requerer, com base na Lei de Acesso a Informações (Lei nº 12.527/2011), o acesso aos seguintes dados e informações:

1) A prefeitura de Recife utiliza e alimenta regularmente o Sistema Nacional de Regulação (SISREG), software utilizado para regulação de procedimentos diversos, como exames, consultas e procedimentos eletivos? Em caso positivo, com qual regularidade/frequência é feita a alimentação?

2) A lista completa e atualizada até 20 de junho de 2017 dos pacientes à espera de cirurgia eletiva:

- a) Cirurgias cardíacas;
- b) Cirurgias pediátricas;
- c) Cirurgias vasculares;
- d) Cirurgias do aparelho digestivo;
- e) Cirurgias oftalmológicas;
- f) Cirurgias ortopédicas;
- g) Cirurgias oncológicas;
- h) Cirurgias neurológicas;
- i) Cirurgias plásticas;
- j) Cirurgias ginecológicas;
- k) Cirurgias urológicas.

3) Tais informações são de caráter público, não necessitam ter a identificação nominal do paciente, mas pede-se a menção individual na respectiva lista de espera para que sejam acompanhados os seguintes dados:

- a) Tipo de procedimento;
- b) Data de entrada na lista;
- c) Situação do pedido (aguardando, autorizado, etc.);
- d) Município de residência;
- e) Data de nascimento e/ou idade;
- f) Sexo do paciente (se possível).

A título de exemplificação, sugerimos acessar uma das listas padrão divulgada regularmente pela Secretaria de Saúde do Estado de Tocantins: <http://sistemas.saude.to.gov.br/Eletivas/Home/GerarListaRegulacao?fid=1265>.

Vale destacar que todas estas informações são passíveis de monitoramento gerencial pelo SISREG ou sistema similar, plataformas que viabilizam a organização e unificação das filas em cada região.

Peço que os dados sejam oferecidos em formato aberto (planilha xls, csv, txt ou similar). Na impossibilidade de oferecer os dados nesta configuração, pede-se que os documentos sejam fornecidos em formato digital, conforme estabelece o artigo 11º, parágrafo 5º da Lei 12.527/2011.

Na eventualidade de as informações solicitadas não serem fornecidas, requeiro que seja apontada a razão da negativa bem como, se for o caso, eventual grau de classificação de sigilo (ultrassecreto, secreto ou reservado), nos termos do artigo 24º, parágrafo 1º da mesma Lei.

Desde já agradecemos a colaboração em atender a este pleito.

Att,